



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n° 1/2006:

Nomeando Ivete Maria Herbert Duarte Lopes, licenciada em Direito, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária-Geral do Governo.

Resolução n° 2/2006:

Nomeando Hosana Idalina Moreno Barbosa, licenciada em Psicologia, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora-Geral da Juventude.

Resolução n° 3/2006:

Nomeando Óscar Silva dos Reis Tavares, Procurador da República de 3ª Classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Central da Polícia Judiciária.

Resolução n° 4/2006:

Nomeando os cidadãos Humberto Bettencourt Santos, Carlos Nuno Leite e Ilídio Alexandre da Cruz, nos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Administradores por parte do Estado na Cabo Verde Telecom SARL.

Resolução n° 5/2006:

Dando por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Miguel da Costa Monteiro, no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Segurança Alimentar.

Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar:

Gabinete do Ministro.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção da Administração.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Recursos Humanos.

Ministério das Finanças e da Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Município da Ribeira Grande de Santiago:

Comissão Instaladora.

Ordem dos Advogados de Cabo Verde:

Comissão Eleitoral.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 1/2006

de 26 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo Único

Nomeação

É nomeada Ivete Maria Herbert Duarte Lopes, licenciada em Direito para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária-Geral do Governo, com efeitos a partir de 8 de Março de 2006.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 2/2006

de 26 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É nomeada Hosana Idalina Moreno Barbosa, licenciada em Psicologia, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora-Geral da Juventude.

Artigo 2º

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 3/2006

de 26 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo Único

Nomeação

É nomeado, Óscar Silva dos Reis Tavares, Procurador da República de 3ª Classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Central da Polícia Judiciária, com efeitos a partir da publicação da presente Resolução.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 4/2006

de 26 de Abril

Ao abrigo das disposições conjuntas dos artigos 423º, nº 14, do Código das Empresas Comerciais, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 3/99 de 29 de Março, e 2º do Decreto-Lei nº 1/2006, de 9 de Janeiro;

Sob proposta do Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar;

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

São nomeados os cidadãos Humberto Bettencourt Santos, Carlos Nuno Leite e Ilídio Alexandre da Cruz, nos cargos de administradores por parte do estado na Cabo Verde Telecom, SARL, o primeiro como Presidente do Conselho de Administração e os demais como administradores.

Artigo 2º

As remunerações e outras regalias dos administradores por parte do estado nomeados nos termos do artigo anterior são aqueles praticadas actualmente pela Cabo Verde Telecom, SARL e por referência aos demais membros do Conselho de Administração.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir do dia 31 de Março de 2006.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 5/2006

de 26 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo Único

É dada por finda, ao abrigo do nº 1 do artigo 7º dos Estatutos da Agência Nacional de Segurança Alimentar, aprovado pelo Decreto-Lei nº 47/2000, de 13 de Novembro, a seu pedido, a comissão de serviço de Miguel da Costa Monteiro, no cargo de Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Segurança Alimentar, com efeitos a 30 de Abril do ano em curso.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—o§o—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E MAR

Gabinete do Ministro

Despacho nº 64

Pelo Despacho nº 38/97 do então Ministro das Infra-estruturas e Transportes, de 10 de Outubro de 1997, foi concedida uma licença a CABO VERDE TELECOM SA para a prestação do Serviço Complementar de Telecomunicações Móveis.

A exploração do serviço telefónico móvel decorreu, até à presente, num quadro de monopólio de facto, embora nos termos do Decreto-Lei nº 72/95 esteja aberto à concorrência.

Em Dezembro de 2004 o Governo abriu um concurso internacional com vista a atribuição de uma segunda licença, concurso esse que ficou deserto.

A 27 de Junho de 2005 por Decreto-Lei nº 42/2005 foi autorizado a negociação por ajuste directo e com dispensa de concurso, a atribuição de uma segunda licença para a prestação do Serviço Móvel Terrestre, SMT.

É neste contexto, que após apreciação do parecer do Instituto das Comunicações e das Tecnologias da Informação atribuiu uma licença à ASG Telecommunications para a oferta do Serviço Móvel Terrestre e autorizo o Presidente do mesmo Instituto a emitir o respectivo título de licença, nos termos da Lei.

Cumpra-se.

Gabinete do Ministro das Infra-estruturas e Transportes, na Praia, aos 30 de Novembro de 2005. – Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, *Manuel Inocêncio Sousa*.

Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação

Licença nº 2/SMT/2006

O Governo, em face da ausência de propostas ao concurso público para a atribuição de uma licença para a oferta de Serviço Móvel Terrestre, SMT, autorizou, ao abrigo do Decreto-Lei nº 42/2005, de 27 de Junho, o Ministro de Estado das Infra-estruturas e Transportes a proceder a negociações, por ajuste directo, visando a atribuir uma licença para prestação do Serviço Móvel Terrestre, SMT.

Sendo assim, negociações foram feitas com a ASG Telecommunications, sociedade de direito americano, com sede no Estado de New York, no termo das quais, e após a última reunião tida com os seus representantes havida na Cidade da Praia, a 25 de Novembro do ano transacto, ficou a convicção dos membros do Conselho de Administração do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, ICTI, de que o seu dossier satisfaz as condições para se lhe atribuir uma licença, pelo Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, para operar no domínio do Serviço Móvel Terrestre, conforme o Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro.

A ASG Telecommunications, para efeitos da alínea a) do número 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro, adquiriu participação maioritária numa sociedade por quotas de direito cabo-verdiano, com a denominação de T + Telecomunicações Lda, conforme o Boletim Oficial nº 48 III Série, de 16 de Dezembro de 2005. A referida sociedade tem a sede na Cidade da Praia, capital social de 5 000 000 (cinco milhões de escudos cabo-verdianos) e encontra-se matriculada sob o número 1.874/2005/08/09 na Conservatória dos Registos da Região da Praia,

Nos termos do Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro, e ao abrigo do Despacho n.º 64, do Ministro de Estado das Infra-estruturas e Transportes, de 30 de Novembro de 2005, tendo a ASG Telecommunications concordado com os termos das Condições de Licença em anexo, o Conselho de Administração do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, em reunião efectuada em 19 de Janeiro de 2006, deliberou emitir a respectiva licença, e delegar na Presidente deste poderes para outorgar, pelo Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, ICTI, o título de licenciamento.

Assim

A Presidente do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, Engenheira Margarida Évora Sagna, emite a correspondente licença que se rege pelos termos seguintes:

1º

Pelo presente título fica a T + Telecomunicações, Lda, licenciada como empresa prestadora de serviços de telecomunicações complementares móveis – Serviço Móvel Terrestre – (SMT), para uso público, em todo o território nacional.

2º

1. A empresa licenciada, no exercício da actividade de serviços de telecomunicações complementares, e no respeito pelos princípios fundamentais da continuidade, da igualdade e da adaptabilidade, previstos no Decreto-Lei nº 72/95, de 20 de Novembro, deve respeitar todos os termos constantes das Condições de Licença e documentos a elas anexas, as quais figuram em Anexo à presente Licença e dela fazem parte integrante, e baixam assinadas pela Presidente do ICTI.

2. As Condições de Licença e documentos a ela anexas estão redigidas em língua francesa, devendo delas se fazer tradução para a língua portuguesa, se necessário.

3º

1. Pela emissão da licença a empresa licenciada paga uma taxa correspondente ao contravalor em escudos cabo-verdianos de 2.000.000 USD, (dois milhões de dólares americanos) paga da seguinte forma:

- a) 50.000USD (cinquenta mil dólares americanos), correspondente à primeira prestação paga na data da emissão da licença;
- b) 1.950.000USD (um milhão e novecentos cinquenta mil dólares americanos), pagas em oito prestações semestrais e consecutivas de igual montante; vencendo a segunda prestação 12 meses após a data da emissão da licença.

2. Pela emissão da licença a empresa licenciada prestará caução no montante de 30.000.000CVE (trinta milhões de escudos cabo-verdianos), nas modalidades admitidas em direito, até 30 dias úteis após a emissão da licença. A caução terá a duração de três anos, devendo ser libertada anualmente em três tranches de 10 000 000CVE (dez milhões de escudos cabo-verdianos).

3. A mora no pagamento da taxa referida no número 1 sujeita a empresa licenciada ao pagamento de juros à taxa legal.

4º

A fiscalização e a verificação das condições de instalação e exploração do Serviço Móvel Terrestre estarão a cargo do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação, ICTI, através de agentes ou mandatários credenciados para o efeito.

5º

O prazo de duração da licença é de 10 (dez) anos, contando a partir de 22 de Dezembro de 2005.

6º

Tudo quanto não constar deste título, rege-se-á pelo disposto na lei cabo-verdiana sobre o sector e pelas Condições de Licença e documentos a elas anexas, que figuram em anexo à presente licença.

Feito na Cidade da Praia, aos 19 de Janeiro de 2006.

A Presidente, *Margarida Évora Sagna*

CONDITIONS DE LA LICENCE ANNEXEES A LA LICENCE POUR L'ETABLISSEMENT ET L'EXPLOITATION D'UN RESEAU PUBLIC DE TELEPHONIE CELLULAIRE AU CAP VERT

Entre

L'Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação – ICTI, represente par le Président, (ci-après le “Président de l’ICTI).

D'une Part,

Et

ASG Telecommunications, a travers la société Cap Verdienne par parts, T + Telecomunicações, représenté par Mr Marco Paulo F. Bento, dont le siège social situé à Praia, immatriculé au registre de commerce et des sociétés sous le numéro 1.874/2005/08/09, (ci-après le Titulaire).

D'autre Part,

Le Président de ICTI et Le Titulaire étant ci-après collectivement désignés les “Parties” et chacun individuellement une “Partie”.

IL EST PREALABLEMENT RAPPELE QUE:

Considérant:

1. Les objectifs de développement de télécommunications ont imposé que des mesures de politique législative soient prises, permettant la pleine libéralisation du secteur et objectivant la promotion de l'intérêt public. Malgré l'actuel cadre législatif qui permet la concurrence dans les services de télécommunications complémentaires – notamment le Service Mobile Terrestre (SMT),

dans la pratique, effectivement il existe un seul opérateur dans le marché. Dans l'optique d'une politique tarifaire adaptée et accessible à tous, une concurrence plus effective est urgente;

2. L'absence de propositions à l'appel d'offres international pour l'attribution de licences pour l'établissement et l'exploitation d'un réseau public de téléphonie cellulaire au Cap Vert se révèle pernicieuse à l'intérêt public qui y est impliqué, renforçant ainsi l'absence de concurrence qui contribue au maintien de tarifs élevés dans le cadre de prestations de ces services;

3. Dans les délais de l'appel d'offres international lancé par le gouvernement, un opérateur a manifesté son intérêt pour la négociation d'une licence conditionnée par la prestation du service de téléphonie mobile au Cap Vert;

Ainsi,

Dans les termes du Décret-Loi n^o 42/2005, du 27 juin, qui dispense de l'appel d'offres pour l'attribution de licence pour la prestation de services de télécommunications complémentaires mobiles, désignés Service Mobile Terrestre et d'autres dispositions normatives:

LES PARTIES ONT ARRÊTÉ ET CONVENU CE QUI SUIT :

CHAPITRE 1

Conditions Générales et Durée de Conditions de la Licence

Article 1

Définitions et Interprétation

1.1. Tout terme ou expression dont la première lettre est une lettre majuscule et qui n'est pas défini dans les présentes Conditions annexées à la Licence et Règlements en vigueur, aura la signification qui lui est attribuée par le Décret-loi n^o 72/95 du 20 Novembre.

Abonné Signifie toute personne physique ou morale, cliente, à titre payant ou gratuit, du Titulaire.

Accords d'Itinérance Signifie les accords à intervenir entre Le Titulaire et les Usagers Itinérants tel que prévus dans les présentes Conditions.

Accords d'Itinérance GMPCS Signifie les Accords d'Itinérance conclus par Le Titulaire avec les fournisseurs de services de télécommunications à travers les systèmes de communications personnelles mobiles par satellites titulaires de Licence conformément à la législation en vigueur.

Accords de Roaming National Signifie les accords à intervenir entre Le Titulaire et les autres exploitants de réseaux radioélectriques ouverts au public au Cap Vert afin de prévoir les modalités d'accueil sur leurs Réseaux respectifs de leurs clients respectifs, tels que prévus dans le Cahier des Charges.

Actionnaire de Référence Signifie l'un des actionnaires détenant directement au moins 35 % du capital social du Titulaire.

ARE Signifie l'Agência de Regulação Económica telle que créée par le Décret n^o 26/2003 du 25 Août.

Cellule Signifie l'unité de base pour la couverture radio d'un territoire.

Commutateur ou "Mobile Switching Center" ou "MSC" Signifie l'équipement qui assure l'interconnexion du Réseau Mobiles avec les réseaux téléphoniques publics en prenant en compte les spécificités introduites par la mobilité, le transfert intercellulaire et la gestion des usagers du Réseau.

Conditions Signifient les présentes Conditions de la Licence annexées à la Licence de l'établissement et l'exploitation d'un réseau public de téléphonie cellulaire au Cap-Vert.

Contrôleur de Station de Base ou "Base Station Controller" ou "BSC" Signifie l'équipement qui gère une ou plusieurs Stations de Base, remplit différentes missions pour les fonctions de communication et d'exploitation, assure, notamment, la fonction de concentrateur pour le trafic venant des Stations de Base et la fonction d'aiguilleur vers la station du destinataire pour le trafic du Commutateur.

Date d'Entrée en Vigueur Signifie la date d'entrée en vigueur telle que ce terme est défini à l'article 4 des présentes Conditions.

Date d'Ouverture Commerciale Signifie la date d'ouverture du Réseau au public.

« Décision d'Attribution » Signifie «la décision» du Ministre chargé du secteur des Communications pris conformément au point 1 de l'article 7 du Décret loi n^o 72/95, du 20 Novembre.

Documents de la Licence Signifie l'ensemble des documents listés à l'article 5 des présentes Conditions.

Durée Initiale Signifie la durée d'attribution de la Licence, fixée par l'article 4.2 des Conditions, à dix (10) ans à compter de la Date de son Entrée en Vigueur.

ETSI Signifie "European Telecommunications Standards Institute" soit l'institut européen de normalisation en matière de télécommunications.

Force Majeure Signifie tout événement extérieur à la Partie débitrice, imprévisible et qui rend impossible pour l'une des Parties l'exécution de tout ou partie de ses obligations découlant des Documents de la Licence.

ICTI Signifie l'Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação tel que créé par le Resolution du Conseil des Ministre, n^o1/2004, de 19 janvier 2004 – L' Organe de Regulation.

Jour Ouvrable Signifie tout jour de la semaine, à l'exception des samedi et des dimanche, qui n'est ni fermé ni férié, de façon générale, pour les administrations ou les banques du Cap Vert.

Licence Signifie la licence au sens du Décret loi n^o 72/95 du 20 Novembre, attribuée par le Ministre chargée des communications et délivrée par l'ICTI au titulaire selon les termes des Documents de la Licence en application du Décret loi n. 72/95 du 20 Novembre et donnant droit à l'établissement et l'exploitation d'un réseau public de téléphonie cellulaire.

Ministério das Infraestruras e Transportes Signifie le Ministère des Infrastructures et Transports, chargé du secteur des Communications.

Opérateur Signifie un opérateur de réseau des télécommunications au sens prévu le Décret loi n^o 72/95 du 20 Novembre.

Opérateur Cellulaire Capverdien

Signifie un Opérateur titulaire d'une Licence d'exploitation d'un réseau public de téléphonie cellulaire au Cap Vert.

Redevance Annuelle Signifie la redevance d'attribution des fréquences radioélectriques telle que prévue par le Décret loi n° 71/95 du 20 Novembre.

Redevance d'Attribution Signifie la redevance d'attribution de la Licence telle que prévue par le Décret loi n° 72/95 du 20 Novembre dont le montant est fixé à l'article 16.1 des présentes Conditions.

Réseau Signifie le réseau public de téléphonie cellulaire, objet des présentes Conditions.

Station de Base ou "Base Transceiver Station" ou "BTS" Signifie une station de base qui assure la couverture radioélectrique d'une Cellule du Réseau et fournit un point d'entrée dans le Réseau aux abonnés présents dans sa cellule pour recevoir ou transmettre des appels.

Station Mobile ou "Mobile Station" ou "MS" Signifie l'équipement mobile de l'abonné qui permet l'accès par voie radioélectrique au Réseau Cellulaire. Le numéro d'abonné est contenu dans une carte à puce appelée "module d'identité de l'abonné" ou "SIM" (Subscriber Identity Module).

Taux de Blocage ou TB Signifie la probabilité qu'un appel ne puisse aboutir à l'heure la plus chargée calculée pour le Réseau sur la base du trafic moyen pendant les deux (2) heures les plus chargées par jour, à l'exclusion des samedi, dimanche et des jours fériés.

Taux de Coupure ou TC Signifie la fréquence à laquelle une communication commencée sur le Réseau est interrompue prématurément calculée sur la base du trafic moyen pendant les deux (2) heures les plus chargées par Jour Ouvrable. Une communication est considérée comme interrompue s'il y a dégradation du signal rendant la communication impossible pendant une durée supérieure à dix (10) secondes. Est exclue de ce taux, l'interruption dont la cause est le déplacement de la Station Mobile en dehors de la Zone de Couverture.

Titulaire Signifie le titulaire de la Licence.

UIT Signifie Union Internationale des Télécommunications.

Usagers Itinérants Signifie les clients autres que les Usagers Visiteurs et les Abonnés, abonnés aux réseaux de radiocommunication publique numériques exploités par les Opérateurs capverdiens ou étrangers ayant conclu des Accords d'Itinérance avec Le Titulaire.

Usagers Visiteurs Signifie les clients autres que les Abonnés, abonnés aux réseaux radioélectriques terrestres ouverts au public au Cap Vert, munis de postes compatibles avec les standards de téléphonie cellulaire de désireux d'utiliser le Réseau.

Zone de Couverture Signifie l'ensemble des zones géographiques du Cap Vert où Le Titulaire s'engage à offrir le Service Mobile terrestre (cellulaire), et ce, conformément à la Licence qui lui est attribuée.

1.2. Les mots exprimés uniquement au singulier doivent s'entendre aussi au pluriel et réciproquement lorsque le contexte l'exige.

1.3. Sauf indication contraire, les articles auxquels il est fait référence dans le présent document sont ceux du présent document.

Article 2

Textes de référence

2.1. La licence attribuée au Titulaire doit être exécutée conformément à l'ensemble des dispositions législatives, réglementaires et des normes capverdiennes et internationales en vigueur, notamment les normes fixées ou rappelées par les présentes Conditions ainsi que des textes suivants :

- Le Décret loi n° 5/94 de 7 février 1994 relatif au cadre juridique pour l'établissement, gestion et d'exploitation des infrastructures et services de communications
- Le Décret loi n.°72/95 du 20 novembre, relatif au l'établissement, gestion et d'exploitation des infrastructures et prestation des services de télécommunications complémentaires
- Le Décret-loi n° 9/2004 du 1er mars, relatif à l'interconnexion des réseaux de télécommunications.
- Décret loi n° 94/97 du 31 décembre;
- Décret Réglementaire n.° 1/2004, du 9 février;
- Décret loi n° 27/2003, de 25 août;
- Arrêté n.°39/99, de 30 août;
- Résolution n° 16/2004, du 02 août;
- Décret loi n° 2/99, du 1er février;
- Décret loi n° 4/99, du 1er février;
- Loi n.°88/V/98, du 31 décembre;
- Loi n° 134/V/2001, du 22 janvier

2. 2. Les prescriptions des textes législatifs et réglementaires ont priorité sur celles du présent Cahier des Charges au cas où l'une de ses dispositions serait en contradiction avec celles desdits textes.

Article 3

Objet des présentes Conditions

3. 1. Les présentes Conditions ont pour objet d'autoriser Le Titulaire qui l'accepte, à installer et à exploiter un réseau public de téléphonie cellulaire au Cap Vert, dans le respect des principes arrêtés et des conditions fixées par la législation et la réglementation capverdiennes en vigueur, et les présentes Conditions.

3. 2. En particulier, Le Titulaire doit, dans le respect des principes fondamentaux de continuité, d'égalité et d'adaptabilité prévus par le Décret loi n° 72/95 du 20 novembre:

3. 2. 1. Assurer des services de télécommunications au départ et à l'arrivée des Stations Mobiles avec:

- (a) tout Abonné du Titulaire;
- (b) tout abonné du réseau téléphonique commuté public (RTCP) au Cap Vert et, sous réserve des dispositions de l'article 9 des présentes Conditions, à l'étranger; et
- (c) tout abonné des réseaux de téléphonie mobile au Cap Vert et, sous réserve des dispositions du point II.9 du Cahier des Charges, à l'étranger.

3. 2. 2. Acquérir, maintenir installer et renouveler le matériel du Réseau conformément aux normes internationales en vigueur et à venir;

3.2.3. Assurer le contrôle du Réseau en vue de son fonctionnement normal et permanent; et

3. 2. 4. Faire en sorte que la Date d'Ouverture Commerciale du Réseau intervienne dans un délai maximum de cent quatre vingt

(180) jours après la Date d'Entrée en Vigueur de la Licence. Le Titulaire est tenu d'informer le Président de l'ICTI de la Date d'Ouverture Commerciale du réseau dans les dix (10) jours qui la précède.

Article 4

Entrée en Vigueur - Durée et Prorogation des présentes Conditions

4.1. La Date d'Entrée en Vigueur des présentes Conditions est celle de la réalisation des conditions suspensives suivantes:

- (i) Présentation préalable de tous les documents justificatifs d'idoneité financière et la capacité technique pour opérer dans le marché des télécommunications, en format original et visés par l'autorité consulaire capverdienne, comme juridiction dans le domaine où opère le Titulaire, et aussi, présentation préalable de tous les documents justificatifs de l'existence juridique de la représentation capverdienne du Titulaire, ceux-ci émis par les Services de Registre de Firmes et Entreprises Commerciales;
- (ii) l'approbation des présentes Conditions signée, par les Parties;
- (iii) la publication au Journal Officiel du Cap Vert du Décision d'Attribution;
- (iv) l'acquiescement de l'intégralité ou de la première tranche de la Redevance d'Attribution suivant les stipulations de l'article 16.1.2 des présentes Conditions.

4. 2. Les présentes Conditions prendront effet à la Date d'Entrée en Vigueur et restera en vigueur jusqu'à l'expiration de la Durée Initiale, soit dix (10) ans à compter de la Date d'Entrée en Vigueur, à moins qu'elle ne soit prorogée conformément aux stipulations de point 4. 3 ci-dessous ou bien résiliée conformément aux stipulations de l'article 10 ci-dessous.

4. 3. Les présentes Conditions peuvent être prorogées à la demande du Titulaire par périodes supplémentaires de cinq (5) ans chacune selon les modalités suivantes :

- (i) Le respect des articles des présentes Conditions;
- (ii) Le Titulaire doit, à cet effet, demander au Président de l'ICTI de proroger les présentes Conditions avant l'expiration de la Durée Initiale éventuellement prorogée; la demande de prorogation doit être exprimée par écrit et présentée, contre décharge, au Président de l'ICTI, vingt quatre (24) mois au moins avant la date d'expiration des présentes Conditions.

Toute prorogation de la durée de validité de la Licence ne sera pas subordonnée à l'octroi au Président de l'ICTI d'une nouvelle Redevance d'Attribution.

4. 4. Pendant une période de deux (2) années à compter de la Date d'Ouverture Commerciale du Réseau, aucune nouvelle Licence relative à l'établissement et l'exploitation d'un réseau public de téléphonie cellulaire terrestre ne sera délivrée à un tiers.

Article 5

Documents de la Licence

Les Documents de la Licence sont, dans l'ordre décroissant de préséance, les suivants:

- (i) les présentes Conditions; et
- (ii) les sub-annexes des présentes Conditions, dont la liste figure à l'article 24 et qui en font partie intégrante.

Article 6

Forme juridique et actionnariat du Titulaire

6. 1. Le Titulaire doit être constitué et demeurer sous la forme d'une Société par parts ou Société Anonyme de droit capverdien pendant la durée des présentes Conditions:

6. 1. 1. Dans la structure de l'actionnariat du Titulaire la participation de l'actionnaire de référence doit être assurée. Toute modification de la structure de l'actionnariat du Titulaire doit faire l'objet d'une notification préalable ou d'une autorisation préalable du Président de l'ICTI telle que prévue aux articles 6.1.2. et 6.1.3. ci-dessous.

6. 1. 2. Toute modification dans la participation, directe ou indirecte, en capital ou en droits de vote de chacun des Actionnaires de Référence doit être préalablement autorisée par le Membre du Gouvernement chargé du secteur des communications.

6. 1. 3. Dans les cas visés à l'article 6.1.2 ci-dessus, une demande d'autorisation doit être déposée auprès du Membre du Gouvernement chargé du secteur des communications, préalablement à la réalisation de l'opération envisagée. La demande contient toutes les informations utiles sur l'opération envisagée. A défaut de réponse du Président de l'ICTI dans un délai d'un (1) mois suivant le dépôt de la demande, l'autorisation est réputée donnée.

6. 2. Le Titulaire ne peut détenir une participation, directe ou indirecte, au capital social et/ou en droits de vote, d'un autre Opérateur Cellulaire Capverdien. Aucun Opérateur Cellulaire Capverdien, y compris la où les sociétés qui le contrôle(nt), ne peut détenir, directement ou indirectement, une participation au capital social et/ou en droits de vote du Titulaire.

6. 3. Est soumise à l'autorisation du Ministre chargée des communications, dans les formes prévues à l'article 6.1.3 ci-dessus:

- (i) Toute prise de participation, directe ou indirecte, d'un opérateur, titulaire d'une Licence d'exploitation de réseaux publics de téléphonie fixe au Cap Vert, au capital social et/ou en droits de vote du Titulaire; ainsi que
- (ii) Toute prise de participation, directe ou indirecte, du Titulaire au capital social et/ou en droits de vote d'un opérateur de réseaux publics de téléphonie fixe au Cap Vert.

Article 7

Nature et Cession de la Licence

7. 1. La Licence est indivisible.

7. 2. La Licence est attribuée à titre personnel au Titulaire et ne confère à ce dernier aucun droit d'exclusivité.

7. 3. Est interdite, sauf autorisation préalable dans les conditions fixées à l'article 7. 4 ci-dessous, l'aliénation totale ou partielle, sous quelque forme que ce soit, des droits détenus par Le Titulaire dans la Licence.

7. 4. Le Président de l'ICTI peut, après avis des organismes compétents, décider le transfert de la Licence à un tiers, en application des dispositions du Décret-loi n.º72/95 du 20 Novembre. Dans ce cas, la Licence sera transférée en vertu des présentes Conditions approuvées par décret.

Article 8

Engagements internationaux et coopération internationale

8.1. Le Titulaire est tenu de respecter les présentes Conditions et les accords internationaux en matière de télécommunications et notamment les présentes Conditions, règlements et arrangements de l'Union Internationale des Télécommunications et des organisations restreintes ou régionales de télécommunications auxquels adhère le Cap Vert.

Il tient l'autorité gouvernementale chargée des télécommunications et l'ICTI informées des dispositions qu'il prend à cet égard.

8. 2. Le Titulaire est autorisé à participer à des organismes internationaux traitant des télécommunications et particulièrement des télécommunications mobiles.

Il pourra être déclaré, par l'autorité gouvernementale susvisée, sur proposition de l'ICTI en tant qu'exploitation reconnue auprès de l'Union Internationale des Télécommunications.

CHAPITRE 2

Conditions D'établissement et D'exploitation du Réseau

Article 9

Conditions d'établissement du réseau

9. 1. Normes et spécifications des équipements et installations radioélectriques.

Les équipements et installations radioélectriques utilisés dans le réseau du Titulaire, y compris les équipements de commutation, doivent être conformes aux normes en vigueur. Il est précisé que sont concernés les standards internationaux, et en particulier les normes de l'UIT et de l'ETSI, sont agréés au Cap Vert.

Le Titulaire est tenu de se conformer aux règlements de gestion du spectre et des installations radioélectriques au Cap Vert, et en particulier aux textes de loi suivants : Décret-Loi n. °71/95 du 20 Novembre et Décret-Loi n° 94/97 du 31 Décembre.

9. 2. Infrastructure réseau

Les équipements et installations radioélectriques utilisés dans le Réseau du Titulaire doivent être conformes aux normes approuvées par l'UIT et l'ETSI.

Le Titulaire devra veiller à ce que les équipements connectés à son Réseau soient préalablement agréés par l'ICTI conformément à la réglementation en vigueur.

Le Titulaire ne peut s'opposer à la connexion à son Réseau d'un équipement terminal agréé dans les conditions définies par la réglementation en vigueur.

9. 2. 1 Réseau propre

Le Titulaire pourra mettre en place son propre Réseau de transmission. Il peut établir des liaisons filaires et/ou radioélectriques, notamment les liaisons par faisceaux hertziens, sous réserve de la disponibilité de fréquences, pour assurer les liaisons de transmission exclusivement entre les équipements de son Réseau installé sur le territoire Capverdien et les liaisons d'interconnexion avec les réseaux des opérateurs attributaires de licences. Le Titulaire peut notamment utiliser son Réseau propre pour l'acheminement des communications nationales et internationales de ses abonnés en conformité avec la législation applicable.

9. 2. 2. Location d'infrastructure

Le Titulaire pourra louer auprès de tiers des liaisons ou des infrastructures pour assurer un lien direct entre ses équipements, dans le respect de la réglementation en vigueur. Avant leur mise en oeuvre, les modalités techniques et financières de location de capacité de transmission doivent être transmises, pour information, à l'ICTI.

9. 3. Fréquences

9.3.1. Canaux de fréquences

9. 3. 1. 1. Dès la date d'entrée en vigueur de la licence, le Titulaire est autorisé à exploiter une largeur de bande de 20 MHz correspondant aux 120 canaux de fréquences dans les bandes 900 et 1800 MHz, selon la disposition suivante:

– GSM/900

898.2-906.0 MHz Up-link et 943.2-951.0 MHz. Down-link.

– GSM/1800

1726 – 1742 MHz Up-link et 1821 -1837 MHz down-link

– L'écart duplex est de 95 MHz;

– les canaux sont espacés de 200 KHz.

9. 3. 1. 2. Des canaux de fréquences supplémentaires pourront être assignés au Titulaire selon la disponibilité et conformément au plan de fréquences.

9. 3. 1. 3. Une demande motivée, justifiant le besoin en fréquences, est adressée à cet effet à l'ICTI. Cette dernière est tenue de répondre dans un délai de 30 (trente) jours, à partir de la date de dépôt de la demande, attestée par un accusé de réception.

9. 3. 2. Conditions d'utilisation des fréquences.

9. 3. 2. 1. L'ICTI procède à des assignations de fréquences dans les différentes bandes conformément à la réglementation en vigueur et en fonction de la disponibilité du spectre.

9. 3. 2. 2. L'ICTI pourra également, si nécessaire, imposer des conditions de couverture et des limites de puissance de rayonnement, sur l'ensemble du territoire national ou sur des régions spécifiques.

9. 3. 2. 3. Le Titulaire communique à la demande de l'ICTI un plan d'utilisation des bandes de fréquences qui lui ont été assignées.

9. 3. 3. Interférences.

9. 3. 3. 1. Sous réserve du respect de la réglementation en vigueur, des impératifs de la coordination nationale et internationale et à la condition de ne pas provoquer des interférences ou brouillages nuisibles constatés, les conditions d'établissement et d'exploitation et les puissances de rayonnement sont libres.

9. 3. 3. 2. En cas d'interférences entre les canaux de deux opérateurs, ces derniers doivent, au plus tard dans les sept (7) jours suivant la date du constat, informer l'ICTI de la date et du lieu des interférences et des conditions d'exploitation en vigueur des canaux objets de l'interférence. Les opérateurs soumettent à l'ICTI, dans un délai maximum d'un (1) mois et pour approbation, les mesures convenues afin de remédier aux dites interférences.

9. 4. Interconnexion

En application du Décret Loi 9/2004 de 01/Mars, relatif à l'interconnexion, le Titulaire bénéficie du droit d'interconnecter son Réseau aux réseaux de l'opérateur historique.

Les conditions techniques, financières et administratives seront fixées dans des contrats librement négociés entre les Opérateurs en présence de l'ICTI et de l'ARE dans le respect de leur cahier des charges respectif, et de la réglementation et l'intervention de l'ICTI et de l'ARE.

En application du Décret-Loi n° 9/2004 du 1er Mars 2004, le Titulaire bénéficie du droit d'interconnecter son Réseau aux réseaux des opérateurs de réseaux publics de télécommunication. Les opérateurs offrant les services d'interconnexion donnent droit aux demandes formulées par le Titulaire.

Conformément au Décret-Loi n° 9/2004 du 1er Mars 2004, les conditions techniques, financières et administratives sont fixées dans des contrats librement négociés entre les opérateurs et le Titulaire par référence aux standards internationaux.

Les litiges relatifs aux demandes d'interconnexion et à l'interprétation et/ou l'exécution des contrats d'interconnexion sont traités conformément aux dispositions du Décret-Loi n° 9/2004 du 1er Mars 2004.

9. 5. Blocs de numérotation

L'ICTI attribuera au Titulaire les ressources de numérotation (blocs de numéros et numéros spéciaux) qui lui sont nécessaires.

En cas de modification radicale du plan de numérotation national, l'ICTI planifie ces changements en concertation avec tous les opérateurs de réseaux publics de télécommunications, conformément à la législation et la réglementation en vigueur.

Conformément à l'article 26 du Décret-Loi n.° 9/2004, du 1er Mars, sur l'interconnexion, le plan de numérotation national (PNN) permettre une complète interopérabilité des réseaux des télécommunications publics, ainsi que la portabilité du numéro.

Il comporte aussi des règles très claires de numérotage, de capacité, de flexibilité, et de transparence, dans les processus de gestion et d'attribution des numéros ou des séries des numéros, qui vont définir et stabiliser « l'interconnexion » entre les divers agents de télécommunications.

Les numéros sont composés de 7 chiffres, avec un numérotage uniforme et fermé.

L'ICTI a défini les blocs de numéros attribués au nouvel opérateur pour l'exploitation de son réseau public de téléphonie cellulaire. Dès à présent, les blocs de numéros suivants (90xxxxx à 97xxxxx) sont disponibles et seront partiellement attribués.

9. 6. Utilisation des domaines public/privé de l'Etat pour l'installation des équipements.

9. 6. 1. Installations des équipements.

La licence ne dispense en aucun cas le Titulaire du respect des procédures nécessaires pour l'installation des éléments de son Réseau et notamment celles relatives au passage du Réseau au travers des voies publiques, ainsi qu'à la réalisation des constructions et à leur modification.

En cas de nécessité, le Titulaire pourra bénéficier de servitudes instituées après déclaration du caractère public des travaux, conformément à la législation en vigueur, et ce, pour:

- l'installation, l'exploitation et la maintenance des lignes de raccordement et des équipements de son Réseau sur le domaine public ou privé de l'Etat ;
- l'installation, l'exploitation, la maintenance et la protection des équipements radioélectriques contre les obstacles, les perturbations électromagnétiques et autres formes de brouillage.

9. 6. 2. Accès aux points hauts

9. 6. 2. 1. Le Titulaire bénéficie du droit d'accéder à tous les points hauts utilisés par les exploitants de réseaux publics de télécommunications existants, sous réserve du respect des servitudes radioélectriques, de la disponibilité de l'espace nécessaire et de la prise en charge d'une part raisonnable des frais d'occupation des lieux.

9. 6. 2. 2. Les accords de co-implantation ou de partage des installations en point haut font l'objet d'accords commerciaux et techniques entre les parties concernées. Ces accords sont transmis pour information à l'ICTI.

9. 6. 3. Propriétés privées

Lorsque les travaux d'installation, d'exploitation et de maintenance des lignes de raccordement et des équipements du Réseau sont de nature à entraîner la suppression ou la modification de propriétés privées, le Titulaire s'entendra à l'amiable avec les propriétaires concernés et le cas échéant, leur sera redevable d'une indemnisation.

9. 7. Zone de couverture et calendrier d'établissement du réseau

Date d'Ouverture Commerciale du Réseau doit intervenir dans un délai maximum de cent quatre vingt (180) jours après la Date d'Entrée en vigueur de la licence. Le Titulaire est tenu d'informer le Président de l'ICTI de la Date d'Ouverture Commerciale du réseau dans les dix (10) jours qui la précède.

Le Titulaire est soumis à l'obligation de couverture qui consiste en la mise en place et la mise en oeuvre des moyens nécessaires à l'établissement de son réseau et à l'exploitation d'un service de téléphonie cellulaire publique, couvrant en territoire les pourcentages de couverture de la population Capverdienne figurant en sub-annexe 2 du présentes Conditions et dans les délais indiqués dans cette même annexe.

9. 8 Accueil des usagers visiteurs ou itinérants.

9. 8. 1. Roaming national.

A l'issue d'une période de quatre ans à compter de la date d'entrée en vigueur, et sous réserve d'avoir pleinement satisfait aux obligations de couverture prévues en sub-annexe 2 de présentes Conditions et dans les délais indiqués dans cette même sub-annexe, le Titulaire pourra conclure des accords spécifiques (accords de roaming national).

Ces accords sont soumis pour approbation préalable à l'ICTI. A défaut de réponse de l'ICTI dans un délai de deux mois à compter de la date de la notification de l'accord de roaming national concerné, l'accord est considéré comme approuvé.

Les accords de roaming national ne sont pas compris dans les prestations effectuées par le Titulaire au titre de l'aménagement du territoire ou de ses obligations de couverture.

Le Titulaire informe périodiquement l'ensemble de ses abonnés des zones couvertes par ses accords de roaming national.

9. 8. 2. Roaming international.

9. 8. 2. 1. Avec des exploitants de réseaux terrestres.

Le Titulaire pourra accueillir sur son réseau les usagers itinérants des exploitants qui en font la demande en application d'accords à intervenir entre ces derniers et le Titulaire.

Les accords d'itinérance fixent les conditions notamment de tarification et de facturation dans lesquelles les abonnés de réseaux cellulaires du titulaire à l'étranger peuvent accéder autres réseaux cellulaires et aussi les visiteurs sur le territoire Capverdiens.

Ces accords sont soumis au préalable pour approbation à l'ICTI. Cette dernière peut imposer leur renégociation ou leur révocation par décision motivée, lorsqu'ils ne sont pas conformes aux dispositions légales ou réglementaires.

9. 8. 2. 2. Avec des exploitants de réseaux GMPCS

Le Titulaire est autorisé à conclure des accords d'itinérance GMPCS avec les fournisseurs de services de télécommunications à travers les systèmes de communications personnelles mobiles par satellites (systèmes GMPCS) titulaires de licences conformément à la législation en vigueur.

Les accords d'itinérance avec les GMPCS sont soumis à l'approbation préalable de l'ICTI. Ils ne sont pas compris dans les prestations effectuées par le Titulaire au titre de l'aménagement du territoire ou de ses obligations de couverture.

CHAPITRE 3

Conditions D'exploitation Generales

Article 10

Conditions d'exploitation du service

Les conditions d'exploitation du Réseau doivent être remplies et assurées à compter de l'ouverture commerciale du service qui doit intervenir dans le délai indiqué dans ces présentes Conditions annexées à la licence..

10. 1. Permanence et continuité du service

Le titulaire s'oblige à prendre les mesures nécessaires pour assurer un fonctionnement régulier et permanent des installations de son réseau et sa protection. Il doit mettre en oeuvre, dans les meilleurs délais, des moyens techniques et humains susceptibles de réponde de manière adéquate aux défaillances, neutralisations ou destructions les plus graves des éléments de son Réseau.

Dans le respect du principe de continuité, et sauf en cas de force majeure dûment constatée, le titulaire ne peut interrompre la fourniture du service de télécommunication sans y avoir été, préalablement, autorisé par l'ICTI.

10. 2 Normes et Standards de Qualité de service

10. 2. 1. Le titulaire s'engage à mettre en oeuvre tous les moyens pour atteindre des niveaux de qualité de service comparables aux standards internationaux tel que mentionné en annexe 3 des présentes Conditions.

Il devra mettre en oeuvre les protections et redondances nécessaires pour garantir une qualité et une disponibilité de service satisfaisantes et les équipements et les procédures nécessaires afin que les objectifs de qualité de service demeurent au niveau prévu par les normes en vigueur, en particulier par l'UIT et l'ETSI, notamment pour ce qui concerne les taux de disponibilité et les taux d'erreur de bout en bout.

Il doit respecter les conditions minimales, notamment celles qui sont mesurées par les paramètres suivants :

- a) Taux de blocage des appels (TB)
- b) Taux de coupure des appels (TC)
- c) Puissance du champ (P), et
- d) Une qualité auditive au moins conforme à la norme de l'ETSI.

Les valeurs TB, TC et P correspondant à un seuil minimum de qualité exigée du réseau installé par le titulaire sont données en annexe 3.

L'objectif de qualité pour le taux de blocage des appels doit être atteint aussi bien pour les appels sortants qu'entrants.

Le titulaire doit soumettre, au plus tard le 31 janvier de chaque année, un rapport comprenant une liste des indicateurs de qualité de service.

L'ICTI peut procéder à des contrôles auprès du titulaire. Ce dernier doit mettre à la disposition de l'ICTI les moyens nécessaires à cet effet. L'ICTI peut modifier les conditions minimales et les paramètres les quantifiant en concertation avec le titulaire. La demande de modification est adressée au moins six (6) mois avant la date de son entrée en vigueur.

10.3 Permanence

10.3.1. Le titulaire est tenu d'assurer une permanence du service 24 heures sur 24, et 7 jours sur 7. La durée cumulée d'indisponibilité d'une Station de Base (BTS) ne doit pas dépasser 24 heures par an.

10.4 Communications Préalables à l'Ouverture Commerciale

10.4.1. Préalablement à l'ouverture commerciale du service, le titulaire doit remettre à l'ICTI un rapport décrivant en détail les méthodes qui seront utilisées pour superviser et contrôler la qualité de service, notamment:

- a) les indicateurs du degré de satisfaction des abonnés;
- b) la périodicité des entretiens des équipements de son réseau;
- c) les moyens techniques offerts aux équipes de planning, exploitation et entretien.

10.5 Informations nominatives sur les abonnés

10.5.1. Le titulaire prend des mesures à assurer la protection et la confidentialité des informations nominatives qu'il détient, qu'il traite ou qu'il inscrit sur le module d'identification des abonnés du Réseau, dans le respect des dispositions légales et réglementaires en vigueur et notamment la Loi de protection des données personnelles, Loi n^o 134/V/2001 du 22 Janvier.

10.6 Cryptage et chiffage

Le Titulaire peut procéder au cryptage et chiffage, pour ses propres signaux et/ou les proposer à ses abonnés et aux clients visiteurs ou itinérants, dans le respect des dispositions légales et réglementaires en vigueur.

10.7 Gratuité des appels d'urgence

Le Titulaire assurera l'acheminement gratuit des appels destinés aux services d'urgence par numéros abrégés conformément au Plan national de numérotation établi par l'ICTI. Parmi ces numéros notons les suivants:

- Hôpital : 130
- Pompiers: 131
- Police: 132
- Police judiciaire: ... 134
- Jeunesse: 177
- SOS enfant: 178

10.8 Défense nationale, sécurité publique et prérogatives de l'autorité judiciaire

Le Titulaire est tenu de prendre toutes les mesures pour se conformer aux prescriptions exigées par la défense nationale, la sécurité publique et les prérogatives de l'autorité judiciaire telles que stipulées par la législation et la réglementation en vigueur.

10.9 Traitement non discriminatoire des usagers

Les usagers sont traités de manière égale et leur accès au Réseau est assuré dans des conditions objectives, transparentes et non discriminatoires, conformément à la Réglementation en Vigueur.

Le Titulaire garantit que son service est neutre vis-à-vis du contenu des informations transmises sur son Réseau. Il s'oblige à prendre toutes les mesures nécessaires pour garantir la neutralité de son personnel vis-à-vis du contenu des messages transmis sur son Réseau conformément à la Loi de protection des données personnelles, Loi n^o 134/V/2001 du 22 Janvier. A cet effet, il offre ses services sans discrimination quelle que soit la nature des messages transmis et prend les dispositions utiles pour en assurer l'intégrité. Il est tenu en particulier d'appliquer les dispositions de la Loi de Protection des Consommateurs, Loi n^o 88/V/98 du 31 Décembre.

Article 11

Conditions d'exploitation commerciale

11.1. Publicité des tarifs

11.1.1 Le Titulaire a l'obligation d'informer préalablement le public et de communiquer à l'ARE et à l'ICTI, au plus tard un mois avant leur entrée en vigueur, ses tarifs et ses conditions générales d'offres et de services.

11.1.2 Le Titulaire est tenu de publier les tarifs de fourniture de chaque catégorie de service, de connexion, de maintien, d'adaptation ou de réparation de tout équipement terminal connecté à son réseau.

11.1.3. La notice portant publicité des tarifs se fera dans les conditions suivantes:

- un exemplaire de la notice est transmis à l'ARE et à l'ICTI au moins trente (30) jours avant l'entrée en vigueur de tout changement envisagé.
- un exemplaire de la notice définitive, librement consultable, est mis à la disposition du public dans chaque agence commerciale.
- un exemplaire de la notice définitive ou les extraits appropriés sont remis ou envoyés à toute personne qui en fait la demande.
- chaque fois qu'il y a une modification des tarifs, les nouveaux tarifs et la date de leur entrée en vigueur sont clairement indiqués.

11.1.4 Dans le cadre de l'exploitation de son Réseau et sans préjudice des pouvoirs détenus par l'ARE et l'ICTI et du respect des exigences de qualité telles que fixées dans l'annexe 3 des présentes Conditions, le Titulaire bénéficie de:

- la liberté de fixation des prix des services offerts à ses abonnés et aux abonnés visiteurs ou itinérants, dans le respect des engagements relatifs à la politique tarifaire tels que fixés à la sub-Annexe 4 des présentes Conditions;
- la liberté du système global de tarification, qui peut comprendre des réductions en fonction du volume, et de
- la liberté de la politique de commercialisation.

11.1.4 Il reste cependant tenu du respect :

- a) de l'ensemble des engagements relatifs à sa politique tarifaire tels que fixés en sub-annexe 4;
- b) des lois et règlements en vigueur.

11.1.5. Dans le cadre de ses relations contractuelles avec d'éventuels sous-traitants, le Titulaire s'engage a:

- demander l'approbation préalable du sous-traitant, par l'ARE et l'ICTI ; et a
- demeurer le seul et unique responsable des conséquences de non-respect des obligations contractuelles, réglementaires ou légales par le sous-traitant.

11.2. Principe de facturation

Sur le territoire capverdien, le coût de l'appel d'un abonné téléphonique d'un Réseau fixe ou mobile ou d'une cabine téléphonique publique à destination d'un poste radioélectrique dont le tarif est fixé par le Titulaire, est totalement imputé au poste demandeur.

En dehors du territoire Capverdien, les principes de tarification prévus dans les Accords d'Itinérance sont applicables.

L'ICTI peut, à tout moment, procéder à la vérification de tout ou partie des équipements de facturation, du système informatique, des modes opératoires, des fichiers de données et des documents comptables utilisés dans la facturation des services de télécommunications.

Les tarifs de raccordement, d'abonnement et des communications doivent respecter le principe d'égalité de traitement des usagers et être établis de manière à éviter toute discrimination, notamment fondée sur la localisation géographique.

11. 3. Comptabilité analytique

11. 3. 1. Le Titulaire doit tenir une comptabilité analytique permettant de déterminer les coûts réels, produits et résultats de chaque réseau exploité ou service offert des le démarrage des ses activités en tant que Titulaire de licence d'opérateur SMT au Cap Vert, et ce conformément au Décret Loi n^o. 9/2004 du 1er Mars.

11. 3. 2. Le Titulaire s'engage donc à tenir une comptabilité analytique permettant de déterminer les coûts réels, produits et résultats du Réseau exploité ou des services offerts.

11. 3. 3. Les états de synthèse dégagés, au plus tard dans les quatre (4) mois suivant la date de clôture de l'exercice comptable, par la comptabilité analytique visée à l'alinéa ci-dessus doivent être soumis, annuellement, et aux frais du Titulaire, pour audit à un organisme désigné par l'ARE, et ce conformément au Décret Loi n^o. 9/2004 du 1er Mars.

11. 3. 4. Cet audit a pour objet de s'assurer notamment, que les états de synthèse présentés reflètent, de manière régulière et sincère, les coûts, produits et résultats de chaque réseau exploité ou service offert.

11. 3. 5. Les rapports d'audit sont communiqués à l'ARE et l'ICTI, au plus tard dans les six (6) mois suivant la date de clôture de l'exercice comptable.

CHAPITRE 4

Contribution aux Missions Generales de L'etat

Article 12

Contribution aux charges de l'aménagement du territoire et à la protection de l'environnement

12. 1. Le Titulaire s'engage à respecter la réglementation en vigueur notamment les objectifs d'aménagement du territoire et d'urbanisme comportant, entre autres, les conditions d'occupation du domaine public et les modalités de partage des infrastructures.

12. 2. L'installation des infrastructures doit se faire dans le respect de l'environnement et de la qualité esthétique des lieux ainsi que dans les conditions les moins dommageables pour le domaine public et les propriétés privées.

12. 3. Une contribution annuelle d'un montant jusqu'à 2% de chiffre d'affaires hors taxes sera versée par le Titulaire, à titre de contribution pour le fond du service universel, pour permettre de lutter contre les disparités régionales, de promouvoir les zones périurbaines et les zones industrielles, de favoriser l'équipement et le désenclavement des zones rurales et d'assurer le fonctionnement des réseaux et services, qui sera objet de réglementation.

12. 4. Le Titulaire devra également verser une contribution annuelle comme taxes de régulation, un montant jusqu'à 0,75% du montant totale des revenus réalisés l'année précédente, tel qu'il figure dans les états financiers audités. Le paiement de la contribution susmentionnée, est effectué auprès de l'ICTI.

12. 5 L'ICTI contrôle les déclarations faites a ce titre par le Titulaire, et se réserve le droit d'effectuer toute inspection et enquête qu'elle juge nécessaires.

CHAPITRE 5

Information et Controle

Article 13

Information et contrôle

13. 1 Le Titulaire est tenu de mettre à la disposition de l'ICTI les informations précisées dans le Décret Règlement 1/2004 du 9 Février, tous documents financiers, techniques et commerciaux nécessaires pour s'assurer du respect des obligations qui lui sont imposées par les textes législatifs et réglementaires ainsi que par les présentes Conditions objet de la licence qui lui a été délivrée.

13. 2. Informations

13. 2. 1 Le Titulaire doit fournir sur une base mensuelle à l'ICTI les informations suivantes:

- a) Nombre d'abonnements à la fin de chaque mois ;
- b) Nombre d'appels itinérants internationaux;
- c) Durée moyenne des appels;

d) Nombre total des unités facturées;

e) Nombre d'appels mobiles-mobiles, mobiles-fixes et fixes-mobiles;

f) Toux de coupure au MSC, BSC, BTS et les interfaces d'interconnexion les reliant ;

g) Évolution du nombre de BSC;

h) Évolution du nombre de BTS;

i) Nombre et numéros des canaux RF par BTS;

j) Évolution de la capacité équipée et utilisée des MSC; et

k) Les résultats de qualité de service et de performance du réseau.

13. 2. 2. Le Titulaire doit également fournir à l'ICTI, sur une base semestrielle, le trafic par BTS.

13. 2. 3. Le Titulaire doit fournir à l'ICTI pour validation, sur une base annuelle ou a chaque modification:

- Le niveau de déploiement du Réseau réalisé au cours de l'année écoulée et le plan de déploiement de l'année suivante ;

- Pour l'ensemble des services offerts : tarifs et conditions générales de l'offre de service ; données de trafic et de chiffre d'affaires ;

- Les informations relatives à l'utilisation qualitative et quantitative des ressources attribuées notamment fréquences et numéros ;

- Les informations nécessaires au calcul des contributions au financement du service universel ;

- Les données relatives à la qualité de service, notamment au regard des indicateurs pertinents permettant de l'apprécier, et aux conditions d'attributions d'acheminement de trafic signées avec un opérateur.

13. 3. Contrôle

13. 3. 1. Afin de permettre a l'ICTI ou a toute autre instance désignée, d'exercer son pouvoir de contrôle, le Titulaire fournit, notamment, les informations suivantes:

- Les contrats entre l'opérateur et les distributeurs, revendeurs ou sociétés de commercialisation;

- Les conventions d'occupation du domaine public;

- Les conventions de partage des infrastructures;

- Les contrats avec les Abonnés;

- Toute information nécessaire à l'instruction par l'ICTI des demandes de conciliation en vue de régler les litiges entre opérateurs;

- Les contrats avec les opérateurs des pays tiers;

- Toute information nécessaire pour vérifier le respect de l'égalité des conditions de concurrence, et notamment les conventions ou contrats conclus entre les filiales du Titulaire, les sociétés appartenant au même groupe ou des branches d'activité du Titulaire distinctes de celles couvertes par les présentes Conditions.

13. 3. 2 Les informations ci-dessus sont traitées dans le respect du secret des affaires.

13. 3. 3. L'ICTI est habilitée à procéder auprès du Titulaire, par ses agents commissionnés à cet effet ou par toute personne dûment habilitée par elle, y compris celles qui nécessitent des interventions directes ou des branchements d'équipements externes sur son propre réseau dans les conditions prévues par la législation et la réglementation en vigueur.

Article 14

Couverture des Risques par les Assurances

14. 1. Le Titulaire couvre sa responsabilité civile et professionnelle des risques encourus en vertu de l'exécution de

ces obligations contractuelles, réglementaires et légales, notamment au titre des éléments du Réseau, des ouvrages en cours de construction et des équipements en cours d'installation, par des polices d'assurance souscrites auprès de compagnies d'assurance agréées en application des dispositions du code des assurances Capverdien.

14. 2. Le Titulaire tient à la disposition de l'ICTI les attestations d'assurance en cours de validité.

CHAPITRE 6

Dispositions Finales

Article 15

Renoncations

15. 1. La renonciation par l'une des Parties à exiger l'exécution d'une obligation ou à déclarer une Partie en défaillance ne sera considérée comme une renonciation opposable qu'après avoir fait l'objet d'une notification écrite. Toute renonciation écrite, par une Partie, à ses droits de mise en demeure dans le cadre des présentes Conditions ne sera pas réputée être une renonciation pour toute nouvelle défaillance. Tout retard à affirmer ou à exercer un droit dans le cadre de la Conditions d'attribution ne sera pas réputé être une renonciation à ce droit.

Article 16

Redevances et fiscalité

16. 1. Redevance d'Attribution:

16. 1. 1. En application du Décret-loi n^o 72/95 du 20 Novembre et de la Résolution n^o 16/2004, du 02 août, l'octroi de la Licence est soumis au paiement par Le Titulaire de la Redevance d'Attribution de la Licence.

Le montant de la Redevance d'Attribution est arrêté à 2 000 000 US\$ (deux millions de Dollars des Etats Unis d'Amérique).

1. 16.1.2.) Le montant de la Redevance d'Attribution est payable (i) en totalité 5 Jours Ouvrables suivant la date de publication au Journal Officiel du Décision d'Attribution, ou (ii) en deux tranches:

- 1- La première tranche d'un montant de 50.000\$USD (cinquante Mil USD) à la date d'émission de la Licence,
- 2- La deuxième tranche de 1.950.000\$USD (Un Million Neuf Cents et cinquante Mil Dollars US), en 8 prestations semestrielles égales et consécutives, arrivant à terme la première prestations le 12eme mois à compter à partir de la date d'émission de la Licence.
- 3- Le défaut de paiement aux dates fixées étant sujet aux taxes de dépassement de délais fixé dans la loi en vigueur.
- 4- Une garantie bancaire équivalente à 30 000 000CVE (Trente millions CVE) sera émise a faveur du Gouvernement dans les modalités prévues dans la Loi, 30 jours ouvrables après la date d'émission du titre de la licence. Ce montant sera libéré annuellement en trois tranches de 10 000 000CVE (Dix millions CVE).

16. 1. 3. Le Règlement du (des) montant (s) intervient (nent) soit par remise entre les mains d'une personne nommément désignée par le Membre du Gouvernement chargé du secteur des communications d'un chèque de banque libellé en Escudos capverdiens et payable au Cap Vert, émis par un établissement bancaire de premier rang au Cap Vert, à l'ordre du Trésorier Général du Cap Vert, soit par transfert direct au compte courant du Trésor Public auprès de la Banque du Cap Vert.

16. 2. Redevance pour Attribution de fréquences radioélectriques et de ressources de numérotation.

16. 2. 1. Conformément aux dispositions du Décret loi n^o 72/95 du 20 Novembre, le Titulaire est redevable de Redevances Annuelles au titre d'attribution des fréquences et des ressources de numérotation. Ces Redevances sont fixées et acquittées auprès des parties concernées conformément à la réglementation et aux modalités en vigueur.

16. 3. Autres impôts et taxes:

16. 3. 1. Le Titulaire est assujéti aux dispositions légales et réglementaires en vigueur. A ce titre, il doit s'acquitter de tous impôts, droits, taxes et ou contributions institués par la législation et la réglementation en vigueur au Cap Vert.

Article 17

Pouvoir de révision du Président de l'ICTI

17. 1. Conformément aux dispositions du Décret-loi n. °72/95 du 20 Novembre, le Président de l'ICTI se réserve la possibilité, après en avoir avisé au préalable le Titulaire, de réviser certaines dispositions des présentes Conditions au cours de sa période de validité.

17. 2. S'il s'avérait que ces révisions aient pour effet de bouleverser l'équilibre économique de la Licence, soit que les Parties en conviennent expressément, soit que ce bouleversement soit effectivement reconnu par le tribunal arbitral visé à l'article 21.2.

17. 3. Le Titulaire serait alors indemnisé sur la base des dispositions du Décret-loi n. °72/95 du 20 Novembre ainsi que des principes jurisprudentiels dégagés par les juridictions administratives capverdiennes faisant application de la théorie de l'imprévision.

Article 18

Résiliation

18. 1. En cas de manquement grave du Titulaire aux obligations résultant des Documents de la Licence et sauf cas de force majeure, ou tout autre cas exonératoire tels que prévus dans les Documents de la Licence, ICTI mettra en demeure le Titulaire de satisfaire aux dites obligations par lettre recommandée avec demande d'avis de réception, dans les délais fixés par lui et adaptés aux causes de la mise en demeure.

Sauf cas d'urgence ce délai ne saurait être inférieur à trente (30) jours.

18. 2. Dans le cas où Le Titulaire n'aurait pas remédié au manquement grave visé au paragraphe précédent, le Titulaire encoure aux sanctions, aux sanctions prévues dans la loi en vigueur.

18. 3. Dans tous les cas, le Gouvernement conserve son droit à indemnisation pleine et entière du préjudice qu'il a subi. La résiliation de la Licence ne fait pas obstacle à l'exercice des droits et actions dont le Gouvernement dispose à l'encontre du Titulaire ou à l'application au Titulaire, le cas échéant, des sanctions administratives ou pénales prévues par le Décret-loi n.°72/95 du 20 Novembre.

Article 19

Force Majeure

19. 1. Tout cas de Force Majeure devra faire l'objet d'une notification par la Partie qui l'invoque à l'autre Partie dans les quarante huit (48) heures du moment où elle en a eu connaissance et dans les quarante huit (48) heures de sa cessation.

19. 2. La Partie qui invoque la Force Majeure devra, dès que possible, produire tout justificatif et preuve des conséquences du cas de Force Majeure invoqué et proposer toute mesure susceptible d'en réduire les conséquences.

19. 3. Dans la mesure où les conséquences de tels événements seraient couverts par une police d'assurance, Le Titulaire devra faire immédiatement effectuer les déclarations nécessaires, conformément aux termes de la police d'assurance concernée. La Partie qui se prévaut à juste titre d'un cas de Force Majeure sera exonérée pour le non accomplissement ou l'accomplissement partiel de ses obligations, dans la mesure où l'accomplissement de celles-ci en serait effectivement empêché et devra remplir ses autres obligations non directement affectées. La Partie débitrice n'encourra pas dans ce cas les sanctions prévues par le Décret-loi n.°72/95 du 20 Novembre et/ou l'application des dispositions prévues

à l'article 9 ci-dessus, et les délais prévus dans les Documents de la Licence seront prorogés, en tant que de besoin, d'une durée égale à celle du retard entraîné par la survenance du cas de Force Majeure.

19. 4. Dans l'hypothèse où en raison d'un ou plusieurs cas de Force Majeure l'une des Parties se trouverait dans l'impossibilité de remplir ses obligations contractuelles pendant une période continue de plus de quatre (4) mois chacune des Parties aura la faculté de résilier de plein droit les présentes Conditions en adressant à l'autre Partie une notification à cet effet. Les conséquences financières de cette résiliation seront les mêmes que celles prévues par le deuxième paragraphe de l'article 19 ci-dessus.

Article 20

Non-respect des conditions légales et réglementaires de la licence et des présentes Conditions

20. 1. L'ICTI est habilitée à procéder, par ses agents commissionnés à cet effet ou par toute personne dûment habilitée par elle, auprès du titulaire à des enquêtes, y compris celles qui nécessitent des interventions directes ou des branchements d'équipements externes sur son propre réseau dans les conditions prévues par la législation et la réglementation en vigueur.

20. 2. Faute par le Titulaire de remplir les obligations relatives à l'installation et à l'exploitation de son réseau qui lui sont imposées par la législation et la réglementation en vigueur et par les présentes Conditions, il est passible, et sans préjudice d'éventuelles poursuites pénales, de sanctions dans les conditions prévues par la législation et la réglementation en vigueur.

20. 3. Aucune des sanctions légalement prises en vertu du présent article n'ouvre droit à indemnité au profit du titulaire.

Article 21

Droit applicable - Règlement des différends

21. 1. Les présentes Conditions, sa signification et son interprétation sont régies par les lois et les règlements en vigueur au Cap Vert.

21. 2. En application du Code d'arbitrage capverdien et des textes réglementaires complémentaires, les Parties conviennent entre elles que leurs obligations respectives découlant des présentes Conditions constituent des rapports internationaux d'ordre économique, commercial ou financier, notamment du fait de la détention majoritaire du capital de la société Titulaire par des ressortissants étrangers.

21. 3. A cet égard, les Parties conviennent que :

- a) La Partie qui désirera recourir à l'arbitrage en informera l'autre Partie;
- b) Le siège de l'arbitrage sera fixé à Praia, Cap Vert;
- c) Le droit capverdien sera applicable au fond du litige;
- d) La langue de l'arbitrage sera le portugais. Tous les documents devront être soumis en langue portugaise ou accompagnés d'une traduction complète en français ou en anglais. Toute déposition orale pourra être faite dans une autre langue que le portugais à la condition que la Partie qui y aura recours procède à une traduction simultanée en français ou en anglais. Le coût de toute traduction ou de toute interprétation en français ou en anglais devra être entièrement supporté par la Partie au nom de laquelle la déposition ou le document en langue autre que le portugais a été soumis ; et que
- e) La sentence arbitrale rendue sera définitive et aura l'autorité de la chose jugée à l'égard des Parties. Elle sera exécutée ou rendue exécutoire par tout tribunal ayant juridiction de la même manière qu'un jugement rendu par ce même tribunal.

21.4. Le présent article d'arbitrage restera valable même en cas de nullité, de résiliation, d'annulation ou d'expiration des présentes Conditions. Le fait, par l'une des Parties, d'intenter une procédure

contre l'autre Partie, ne pourra pas, par lui-même, avoir effet de suspendre ses obligations contractuelles telles qu'elles résultent des présentes Conditions.

21.5. Les dispositions du présent article ne sauraient faire obstacle à la plénitude de juridiction des tribunaux ou autres instances capverdiennes pour ce qui est de l'application des éventuelles sanctions administratives et/ou pénales prévues par la législation et la réglementation capverdiennes en vigueur et éventuellement applicables au Titulaire.

Article 22

Notifications

22. 1. Toute notification, requête ou demande requise par les présentes Conditions ou, effectuée au titre des présentes Conditions devra être faite par écrit, en langue portugaise et sera réputée avoir été correctement donnée si elle est délivrée à l'adresse de la Partie à laquelle elle est adressée, telle que cette adresse figure ci-dessous ou à toute autre adresse que les Parties pourraient indiquer par écrit à n'importe quel moment, par l'un des moyens suivants de transmission:

- (i) Télécopie confirmée par lettre;
- (ii) Porteur contre décharge;
- (iii) Service de courrier express; ou
- (iv) Courrier recommandé avec accusé de réception.

22. 2. La notification, requête ou demande sera réputée reçue:

Dans les cas indiqué en (i), (ii) et (iii), au jour de réception de la notification ou au premier Jour Ouvrable suivant si une telle réception intervient un Jour non Ouvrable ; et au jour indiqué sur l'accusé de réception dans le cas indiqué au (iv).

22. 3. Pour les besoins de la notification, requête ou demande, les Parties ont donné respectivement, les coordonnées suivantes :

22. 3. 1. Le Président de l'ICTI: *Margarida Évora Sagna*

Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação
- ICTI

Edifício MIT em Ponta Belém

C.Postal n° 892, Praia

Tél.: +238 261 5779/80

Fax: +238 261 3096

22. 3. 2. Le Titulaire:

Adresse:

Télécopie:

Article 23

Election de Domicile

23. 1. Pour l'exécution des présentes Conditions, les Parties déclarent faire election de domicile, chacune, aux adresses respectives, telles qu'indiquées ci-dessous à l'article 23.2.

23. 2. Les Parties se communiqueront par écrit dans un délai de quinze (15) jours, tout changement à intervenir dans leurs adresses respectives, selon les modalités définies à l'article 22.3 ci-dessus.

Article 24

Sub-Annexes

24. 1. Les quatre (4) sub-annexes jointes aux présentes Conditions en font partie intégrante. Pour des raisons de confidentialité, ces sub-annexes ne seront pas publiées.

24. 2. Les présentes Conditions ont été approuvées et signé par les deux parties, le 19 Janvier 2005, à Praia en deux (2) exemplaires originaux en langue portugaise et française, la dernière faisant fois.

En Foi et Temoignage de Quoi les Parties ont signé à Praia, le 19 Janvier, les présentes Conditions en deux exemplaires originaux.

Pour le Président de l'ICTI, *Margarida Evora Sagna*.

Pour Le Titulaire, *Marco Paulo F. Bento*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Janeiro de 2006:

Hermínio José Mendes Barreto, ex-chefe de secção do Ministério do Desenvolvimento Rural - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapaz para o exercício de qualquer profissão».

De 3 de Abril:

Victor Manuel Moreira da Costa, médico geral, escalão I, índice 115, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - colocado, por conveniência de serviço, no Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, onde passará a desempenhar as suas actividades profissionais, a partir do dia 2 de Maio de 2006.

Despacho da Directora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 29 de Março de 2006:

Maria Teresa Monteiro Landim, ajudante dos serviços gerais, eventual, da Delegacia de Saúde de Santa Catarina - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço de 18 de Agosto de 2005, à presente data, devem ser justificadas. Pode retomar a sua actividade profissional».

De 6 de Abril:

Maria Augusta Tavares Pina Fernandes, enfermeira graduada, escalão III, índice 135, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 30 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal. Que a examinada deve retomar as suas actividades em regime moderado, devendo manter-se ligada à consulta do seu médico assistente».

Despacho da Directora do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 3 de Abril de 2006:

Teodora Margarida Lima Rodrigues, técnica adjunto, referência 11, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Maria Nascimento Gomes Basilio, agente sanitário, referência 1, escalão C, do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa” - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 10 de Abril de 2006. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados

AVISO

Torna-se público que a República de Cabo Verde depositou em 18 de Julho de 2005 o seu instrumento de Ratificação da Regulamentação Comum aos Estados Membros do CILSS sobre a Homologação de Pesticidas (Versão Revista de Dezembro de 1999), Adoptada em 16 de Dezembro de 1999, em N^o Djamána, República do Chade.

Mais, se informa que o referido instrumento internacional entrou em vigor para todo o território nacional no dia 18 de Julho de 2005.

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, 12 de Abril de 2006. – O Director, *Mário Ferreira Lopes Camões*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Ambiente e Agricultura:

De 4 de Abril de 2006:

Rosa Lopes Rocha, técnica superior, referência 14, escalão B, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente e Agricultura, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Delegada do mesmo Ministério, em Santo Antão, ao abrigo do n^o 2 do artigo 3^o do Decreto-Legislativo n^o 13/97 de 1 de Julho, é dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 6 de Março de 2006.

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 11 de Abril de 2006. – O Director, *Manuel António Torres Lopes*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho da S. Ex^a a ex-Ministra da Educação e Valorização de Recursos Humanos:

De 15 de Dezembro de 2005:

Nos termos do n^o 4 do artigo 19^o conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12^o, com os n.º 3 e 4 do artigo 9^o e com a alínea d) n.º 3 do artigo 39^o, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, os indivíduos abaixo indicado:

Amílcar Barreto Ramos, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Baltazar Lopes”.

Ana Isabel Sousa e Silva, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário Cónego Jacinto P. da Costa.

- Ângelo Maria Varela Semedo, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de São Domingos.
- Anildo Semedo Tavares, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu Amílcar Cabral.
- António André Gomes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário do Maio.
- Ansumane Nassun, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Pedro Gomes”.
- Arlindo João Neves Cid, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário do Paul.
- Augusto Ribeiro Silva, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu Amílcar Cabral.
- Celso de Jesus Carvalho Cruz, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Domingos Ramos”.
- Claudino Gomes Miranda, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de São Miguel.
- Domingos Augusto, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de São Domingos.
- Eduardo Fortes Brito, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Delegação de São Vicente.
- Elena Atmacheva, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Domingos Ramos”.
- Esmeralda da Conceição Marques de Oliveira Moreira, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Constantino Semedo”.
- Fernando Augusto Ribeiro Gomes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário do Tarrafal.
- Francisca Mendes dos Santos, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário Tarrafal.
- Francisco António Ferreira, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Eugénio Tavares”.
- Francisco da Moura Semedo, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de São Miguel.
- Inácio Braima Cassamá, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Domingos Ramos”.
- Joaquim Silva Furtado, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Domingos Ramos”.
- Jorge Manuel Monteiro Lopes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de Santa Cruz.
- José Carlos Duarte Neves, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Jorge Barbosa”.
- José Maria Veiga Dias, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Amílcar Cabral”.
- Leila Eleonor Monteiro Veiga, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu “Amílcar Cabral”.
- Manuela Maria Gomes dos Santos, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Cesaltina Ramos”.
- Maria Filomena dos Santos Moreira, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário de São Domingos.
- Maurício Figueiroa Hernandez, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Liceu Ludgero Lima.
- Nelson Cabral Lopes Cardoso, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário “Jorge Barbosa”.
- Paulo Humberto Rodrigues, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundário do Porto Novo.
- Rui Alberto Delgado Dias, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundária “Jorge Barbosa”.
- Sandra Helena Pires Pinheiro, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundária “Jorge Barbosa”.
- Valentim António Biague, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundária Cónego Jacinto P. da Costa.
- Zenaida Antónia Delgado, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A – Escola Secundária do Paul.

Nos termos do n.º 4 do artigo 19º conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12º, com os n.º 3 e 4 do artigo 9º e com a alínea e) n.º 3 do artigo 39º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Adérito Evangelista Pinto Lopes Afonso, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Técnica Cesaltina Ramos.

Ana Cristina dos Santos, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária de São Domingos.

Ana Rosa Varela Tavares, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Pedro Gomes.

Anaísa Djamila Santos Luz, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Jorge Barbosa.

Carlinda Rocha Gonçalves, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Suzete Delgado.

César Augusto Costa Sousa, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Porto Novo.

Daniel da Cruz Évora, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Pedro Gomes.

Daniel Ramos Mendes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Eugénio Tavares.

Heloisa de Jesus Furtado Martins, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Liceu - Amílcar Cabral.

Ivone Maria Almeida dos Santos Moreira, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Jorge Barbosa.

Jailza Sandra Santos Évora, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Liceu - Ludgero Lima.

Karl Marx Morgan Lima Monteiro, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Jorge Barbosa.

Lisa de Moraes Vicente Lima Andrade, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Palmarejo.

Marcelino Correia, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Pedro Gomes.

Márcia Jusane Nunes da Graça, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária Olavo Moniz.

Maria dos Anjos de Jesus Barros Monteiro Lopes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Liceu “Domingos Ramos”.

Marilene do Rosário Neves Delgado, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Escola Secundária José Augusto Pinto.

Matilde Mendonça dos Santos, professor do ensino secundário de primeira referência 9, escalão A, Escola Secundária Pedro Gomes.

Nuno Alves Duarte Paris, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A – Escola ICM.

Paulina Maria Lima Santos, professor do ensino secundário de primeira referência 9, escalão A, Escola Secundária José Augusto Pinto.

Peggy Yvonne Romualdo, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, Liceu Ludgero Lima.

De 3 de Janeiro de 2006:

Nos termos do n.º 4 do artigo 19º conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12º, com os n.º 3 e 4 do artigo 9º e com a alínea d) n.º 3 do artigo 39º, todos do Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Francisco Nascimento da Luz, professor do ensino secundário referência 8, escalão A, Escola Secundário – Palmarejo

Nidia Iveth Correia Ferret, professor do ensino secundário referência 8, escalão A, Liceu “Ludgero Lima”

Nos termos do n.º 4 do artigo 19º conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12º, com os n.º 3 e 4 do artigo 9º e com a alínea e) n.º 3 do artigo 39º, todos do Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Margarida Angelina Silva Spencer, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A - Escola Secundária “Olavo Moniz”.

Maria Eunice Brito Semedo, professor do ensino secundário de primeira. Referência 9, escalão A – Escola Secundária “Olavo Moniz”.

Suzana Pinto Delgado, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A – Escola Secundária “Pedro Gomes”.

De 15:

Nos termos do n.º 4 do artigo 19º conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12º, com os n.º 3 e 4 do artigo 9º e com a alínea f) n.º 3 do artigo 39º, todos do Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Manuela Lopes Moraes, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A – Escola Secundário “José Augusto Pinto”.

De 30:

Nos termos do n.º 4 do artigo 19º conjugado com os n.º 4 e 5 do artigo 12º e com os n.º 3 e 4 do artigo 9º, todos do Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior – Concelho da Praia

Alcinda Correia Moreno, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Alicia Helena da Graça Vieira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Bernardete Lopes Tavares de Carvalho, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Olinda Delgado Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Analina Ramos Rocha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Delgado Medina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Pedro Ramos da Lomba, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Rocha Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Arlinda Martins da Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Arlindo de Jesus Semedo de Barros, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Carla Aline Barros Pina Rocha Gomes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Deolinda da Rosa Macungo Cambongo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Deolinda Francisca Correia Freire, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Edite do Rosário Mendes Martins, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Euclides Correia Vicente Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Evandra Lúcia de Pina Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Fernando Jorge Varela Vaz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Graciete Mendes de Carvalho, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Helga Andreia Martins Almeida, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Hipólito Nunes de Barros, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Iolanda Conceição Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Jacqueline Gomes Ribeiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Jerónimo Pereira Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Josefa Lopes Cardoso Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Júlio Vieira Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Margarieth Delson dos Santos Varela, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Augusta Centeio Vieira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Celina Monteiro dos Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria da Conceição Fernandes Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria do Espírito Santo Monteiro de Carvalho Costa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria do Rosário dos Santos Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Eugénia Veiga Barreto, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Filomena Mendes Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Isabel Garcia Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Júlia Tavares Moreno Moreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Zenaida Carvalho Lopes Teixeira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Mariozinho Pina Pires, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Nélida Samira dos Santos Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Neusa Aline Barros Pina Rocha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Odair José Monteiro Lima, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Paula Monteiro Barros, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Rui Amílcar Tavares dos Reis, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Sandra Santos Sousa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Suzete Brito Querido Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Teresa de Jesus Ramos dos Passos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho Santa Catarina**

Alcinda Ivete Évora Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Alina Maria Duarte Correia Barbosa Vicente, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Indira Teixeira Ferreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Andradina Monteiro Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ângela Ernestina Almeida Amarante e Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Antonina Monteiro Fernandes Garcia, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Carlos dos Reis de Carvalho de Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Arcelindo Monteiro de Sousa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Aútilia Maria Fernandes da Costa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Avelino Silva Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Célia de Jesus Correia da Moura, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Dulce Helena Fernandes da Graça, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Edolinda Landim Vaz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Emanuel de Jesus Freire Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ermelinda Borges Osório Galvão Gomes da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ernestina de Jesus Varela de Pina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, esc. A.

Eunice Cabral Almeida, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Fernanda de Brito Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Filomena Semedo Pereira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Gracelindo Varela Vaz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Isa Maria Gomes Miranda, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José António da Veiga de Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Carlos Semedo Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Eduardo Mendes Moreno, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Maria Varela Sanches, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Lisónia Varela Mendonça da Lomba, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Lucília Tavares Correia, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Manuel de Jesus Ortet Moniz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Alice Semedo da Lomba, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Alves da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Celina dos Reis Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Celina Furtado Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria da Luz Fernandes Semedo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria de Lourdes Correia Barbosa Vicente, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria do Carmo Rocha Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria do Carmo Teixeira da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria do Rosário Tavares Lopes da Moura, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Edith Cabral Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Eduarda Ribeiro Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Helena Semedo Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria José Lopes Freitas, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Leonilde Pereira da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Ondina Gomes Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Zilda Vieira de Melo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Natalino Gomes Pereira Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Orlando Monteiro da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Rosa Maria Semedo Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Sandra Maria de Jesus Léger Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Sónia da Conceição Lopes Sanches, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Vanda Varela Semedo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho do Tarrafal**

Adélia Maria Gomes da Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Amélia Costa Carvalho, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Mafalda Gomes Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Silva Varela, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Domingos Rosa Barros Sousa Correia da Costa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Eunice Juclina Almeida Amarante, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Jaqueline dos Santos Andrade Vieira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

João Varela Cardoso, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

João Varela Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Manuel Borges Cardoso, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Cecília Borges Tavares e Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Gonçalves Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Rosa Mendes Martins, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Martina da Veiga Mendes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Rui Manuel Nascimento Varela Cardoso, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Sara Maria da Costa Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de São Miguel**

Ana Mafalda Vaz Furtado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Maria Mendes Furtado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ana Rosa dos Santos Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Arlinda da Veiga Gonçalves Martins, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Aydie Leal Martins, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Claudino Borges, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Domingos Duarte Moreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Dulcelina Furtado Ferreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ernestina Silva Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Eustácia de Fátima Semedo Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Idalina Mendes Correia, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Iolanda Mendes Correia e Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Lúcio Gomes Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Dulcelina Lopes da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Teresa Vaz Furtado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Ostelino Moreno Furtado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Raimundo Pereira Sanches, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Victor Manuel Vieira da Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Zita Lopes Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de São Domingos**

- Ana Celestina Andrade de Sena, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Ângela Maria Lima dos Reis, professor do ensino básico de primeira, referência 7, Escalão A.
- Bernardino Sena Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Carla Vieira Gonçalves Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Cármem Elvira Frederico Lopes Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Elias Silva Mendes da Fonseca, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Fátima do Rosário Borges Leal Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Idalina Tavares Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Maria Elisa de Brito Borges, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Maria Odete Vieira Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Vânia Teresa Barreto Carvalho, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Zenaida de Jesus Augusto Évora Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de Santa Cruz**

- Adilson de Jesus Lopes Correia, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Domingos Mendes Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- João Socorro de Pina Cunha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- José Filomeno Carvalho de Pina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Lizândra Cabral Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Mário Luís Correia Semedo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Zacarias Pinto Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho do Maio**

- Adalberto Henrique dos Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Adelaide Lopes de Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Aguinávia Maria de Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Alexandre Jorge Ramos Tavares, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Esmeralda Nascimento Martins, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Lenira Denizia Tavares da Costa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de São Vicente**

- Alexandrina Fernandes Oliveira Évora da Cruz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- António Silva Miranda, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Dália Isabel Melo Mendes Neves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Eurico Martins de Barros, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Hirondina da Conceição Pinto Évora, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Isaura da Conceição Lima Medina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Márcia Maria Neves Évora, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Maria da Conceição Costa Sousa, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Rui Manuel da Luz Delgado Rocha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho do Porto Novo**

- Augusto Pires Zego, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Benvinda Lopes Pinto Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Benvindo Baptista Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- César Augusto Medina Fortes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Daniel Rocha Dias, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Dulcineide Maria Lima Fonseca, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Fidéles da Silva Glicério, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Francisca Joaquim Delegado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Iloisa Fernanda Monteiro Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- João Baptista Medina Lima, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- José Manuel Rocha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Lizângela Costa Vitória, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Manuel Rodrigues Lizardo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Nilton César Fortes Duarte, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.
- Vera Lúcia Mota dos Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho da Ribeira Grande**

Celso Augusto Oliveira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Elisabete Fonseca Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Elsa Maria Assunção Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Flávio Raimundo Gomes Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Manuel Jesus Bandeira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Octávio César de Natividade Cruz Salomão, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Vera Lúcia de Fátima Lima Medina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho do Paul**

Ana Celeste Lopes Gonçalves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Rocha Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Carlos Alberto Miranda Brito, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Eneida Helena Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

João Bosco Gomes Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

João Firmino dos Santos Morais, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Manuel Rodrigues da Cruz, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria da Luz Rocha, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de São Filipe**

Elisa Matilde Teixeira Silva, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Emanuela Gomes Cabral, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José de Pina Correia, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Luís António Gomes Alves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Manuel de Jesus de Pina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Menduca Barros Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Vitalina Artenisa Galvão Cardoso, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho dos Mosteiros**

Milene Isabel Fonseca Gomes Gonçalves Miranda, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Pedro Aguinaldo Montrond, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho da Brava**

Arminda Monteiro Cecílio, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Francisco Pinto Coelho, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Jorge Avelino Barbosa Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho do Sal**

Hernany José Lopes Pimenta, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Isabel Maria Pimentel Ramos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Leila Patrícia Lopes Oliveira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Mário Lima Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho da Boa Vista**

Eloisa Maria Lima Melo, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

**Delegação Ministério da Educação e Ensino Superior –
Concelho de São Nicolau**

Aldina Vitória Lopes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

António Jesus Lopes Monteiro, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Armando Fonseca Júnior, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Carlos Manuel Ramos Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Célia Maria da Cruz Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Cláudia dos Reis Santos Cabral, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Daniel Neves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Hipólito Barreto Gomes dos Reis, professor do ensino básico de primeira, ref.^a 7, escalão A.

João Ribeiro do Rosário Nascimento, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

José Luís da Luz Neves, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Ângela da Cruz Pinto Alves Vicente, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Maria Isabel Santiago Ferreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Neusa Duarte Rodrigues, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Paula Cristina Monteiro Fernandes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A.

Nos termos do nº 4 do artigo 19º conjugado com os nº 4 e 5 do artigo 12º e com os nº 3 e 4 do artigo 9º, todos do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de animador em educação de adultos de primeira, referência 7, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Antónia Maria Lopes Pires da Cruz AEA 1ª, referência 7, escalão A – Delegação São Vicente.

Deolinda Delgado Miranda AEA 1ª, referência 7, escalão A – Delegação São Vicente.

De 1 de Fevereiro:

Nos termos do nº 4 do artigo 19º conjugado com os nº 4 e 5 do artigo 12º, com os nº 3 e 4 do artigo 9º e com a alínea e) nº 3 do artigo 39º, todos do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, são nomeados, definitivamente na carreira docente, na categoria de professor do ensino secundária de primeira, referência 9, escalão A, os indivíduos abaixo indicados:

Mário Augusto da Piedade Borges, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A – Escola Secundário “Jorge Barbosa”.

Sem encargos financeiros adicionais para o Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. – (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas).

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 45/2006, suplemento do, II Série, de 7 de Dezembro, o despacho referente à progressão de funcionários das Delegações e Escolas Secundárias do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, com efeitos a partir de 1 de Abril 2004, pelo que, de novo se publica na íntegra:

Delegação de S. Vicente

Onde se lê:

Adélia Regina Rocha Costa Neves dos Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, para escalão B.

Deve ler-se:

Adélia Maria Rocha Costa Neves Valentim Santos, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, para escalão B.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 45/2005, II Série, de 7 de Dezembro, o despacho referente à progressão do funcionários das Delegações e Escolas Secundárias do Ministério

da Educação e Valorização de Recursos Humanos, com efeitos a partir de 1 de Abril 2003, pelo que, de novo se publica na íntegra:

Onde se lê:

(...) efeitos a partir de 1 de Abril de 2004,

Delegação de Santa Cruz.

Mário Mendes Semedo

Deve ler-se:

(...) efeitos a partir de 1 de Abril de 2003,

Delegação de Santa Cruz.

Mário Mendes Semedo

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia aos 19 de Abril de 2006. – Director de Serviço, *Ulisses Monteiro*

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Exª o ex-Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública:

De 15 de Março de 2006:

Irineu Fileto Brito Gomes, médico principal, I-200, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 9 de Dezembro de 2004 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 14 de Dezembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 1.207.896\$00 (um milhão, duzentos e sete mil, oitocentos e noventa e seis escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 21 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Dá sem efeito a desligação de serviço publicada no *Boletim Oficial* nº 9/2005, de 9 de Março.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 1º, Div. 15º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 15 de Março de 2006).

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* II Série nº 8, de 22 de Fevereiro de 2006, o despacho respeitante a fixação da pensão de sobrevivência a favor de Maria José Jóia, na qualidade de viúva de Venceslau Duque Tavares Silva, que foi chefe de trabalho principal da Direcção-Geral de Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, aposentado, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... com efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2005.

Deve ler-se:

... com efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2004.

Direcção-Geral da Administração Pública na Praia, aos, 16 de Março de 2006. – A Directora-Geral, por substituição, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

Comissão Instaladora

Despacho conjunto de S. Ex^a o Presidente da Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago e o Presidente da Câmara Municipal da Praia:

De 21 de Março de 2006:

António Jorge Fernandes Xavier, técnico superior, referencia 13, escalão A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia, requisitado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessor do Presidente da Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, ao abrigo dos artigos 11º a 16º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no Capítulo 1, grupo 1, artigo 3º, do Orçamento para 2006. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Comissão Instaladora do Município de Santiago, aos 6 de Abril de 2006. – O Presidente, *José Gomes da Veiga*.

—oço—

ORDEM DOS ADVOGADOS DE CABO VERDE

Comissão Eleitoral

EDITAL Nº 1/2006

A Comissão Eleitoral para as Eleições do dia 12 de Maio dos titulares dos órgãos da OACV faz público nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 87º dos Estatutos da Ordem, as seguintes listas de candidaturas admitidas, com os nomes de todos os candidatos concorrentes à referida eleição dos órgãos da OACV, marcada para o dia 12 de Maio de 2006, de conformidade com a Deliberação desta Comissão de 3 de Março deste ano de 2006.

LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. Belarmino António Ferreira Lucas	081/01
Vice-Presidente	Dr. Henrique Semedo Borges	018/01
Vice-Presidente	Dr. Fernando Manuel Aguiar Monteiro	026/01
Secretário	Dra. Ana Paula Morais Matos Oliveira	100/01
Secretário	Dra. Vera Lúcia Fernandes Andrade	137/04
Suplente	Dra. Teresa Livramento Monteiro	126/03

BASTONÁRIO E CONSELHO SUPERIOR

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Bastonário	Dr. Arnaldo Pina Pereira Silva	023/01

CONSELHO SUPERIOR

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. Arnaldo Pina Pereira Silva	023/01
Vice-Presidente	Dra. Raquel Helena Lopes Spencer Medina	035/01
Vogal	Dra. Leida Helena Maurício dos Santos	114/02
Vogal	Dr. João da Luz Gomes	047/01
Vogal	Dra. Cristina Maria Neves Sousa Nobre Leite	096/01
Suplente	Dra. Solange Maria da Costa Cruz Lisboa Ramos	130/04
Suplente	Dr. António Gomes	156/05

CONSELHO NACIONAL

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Dr.	Manuel Roque Silva, Jr.	054/01
Dra.	Dircilena Ludovina Évora Almeida Évora	097/01
Dr.	Tito Lívio Medina Coronel	131/01
Dra.	Cláudia Maria Andrade Vasconcelos Lopes	148/05
Dr.	Ubaldo Lopes	042/01
Dr.	Alcides Paixão de Melo	020/01

CONSELHO DE DEONTOLOGIA E DISCIPLINA

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. Hélio de Jesus Pina Sanches	095/01
Vice-Presidente	Dr. António dos Santos Rodrigues	019/01
Vice-Presidente	Dr. João Tavares Lopes	129/03
Vogal	Dra. Ronise Carla Pires Évora	065/01
Vogal	Dr. José António Mendes Tavares	092/01
Vogal	Dra. Edna Manuela Miranda de Oliveira	134/04
	Dra. Maria da Luz Neves Nobre Leite	
	Engº Armindo Gregório Ferreira, Jr	
	Senhor Salvador Carlos Frederico Hopffer	

LISTA B

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. João Andrade de Brito	017/01
Vice-Presidente	Dr. Olavo Monteiro	120/03
Vice-Presidente	Dr. Jaime Ben Hare Soifer Schofield	128/03
Secretário	Dra. Jaqueline Filipe de Sousa Luz	140/04
Secretário	Dr. Virgílio Moreno Sousa Graça	162/05
Suplente		

BASTONÁRIO E CONSELHO SUPERIOR

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Bastonário	Dr. Felisberto Vieira Lopes	003/01

CONSELHO SUPERIOR

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. Felisberto Vieira Lopes	003/01
Vice-Presidente	Dr. João Gomes Monteiro	090/01
Vogal	Dr. Nelson Isaac Pinheiro	108/02
Vogal	Dr. Abrão Correia Sena	033/01
Vogal	Dr. Emiliano Semedo Brito	072/01
Suplente	Dr. Hermes Soares de Melo Andrade	102/01
Suplente	Dr. Silvino Semedo Fernandes	151/05

CONSELHO NACIONAL

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
	Dr. José António Moreno	041/01
	Dr. Daniel Augusto Férrer Lopes	068/01
	Dr. José António de Sousa	076/01
	Dr. Jorge da Costa Sousa Fernandes Semedo	028/01
	Dr. Jacqueline Duarte Silva	158/05
	Dr. Rogério da Silva Delgado	150/05

CONSELHO DE DEONTOLOGIA E DISCIPLINA

Cargo	Nome do Candidato	Número de Cédula
Presidente	Dr. Geraldo da Cruz Almeida	166/06
Vice-Presidente	Dr. Arnaldo Barreto Monteiro	062/01
Vice-Presidente	Dr. Carlos António da Costa Duarte	030/01
Vogal	Dra. Marília Maisa Salazar Antunes da Silva	025/01
Vogal	Dr. Paulo Jorge Andrade Brito	093/01
Vogal	Dr. Abner Ramos de Pina	149/05
	Dr. Nelson Eurico Cabral	
	Dra. Filomena Vera Cruz Saint'Aubyn Figueiredo	
	Dr. Marino Vieira de Andrade	

Para constar se lavrou o presente Edital que vai ser afixado nos locais de lei e publicado no *Boletim Oficial*.

Comissão Eleitoral da Ordem dos Advogados, na Praia, aos 13 de Abril de 2006. – Pel'A Comissão Eleitoral, *Maria Teresa Évora*.

**BOLETIM OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 330\$00